



COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50903.002676/2025-07

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
10/06/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	EDMEA MENDES

SUMÁRIO

- 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO
- 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO
 - 1. Contextualização e Justificativa da Contratação
 - 2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais
 - 3. Parcelamento da Solução
 - 4. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados
- 3. LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
- 4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS
- 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
- 6. MODELO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DE BENS
- 7. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO
 - 1. Informações Gerais
 - 2. Critérios de Aceitação
 - 3. Procedimento de Testes e Inspeção
 - 4. Níveis Mínimos de Serviço Exigido
 - 5. Sanções Administrativas
 - 6. Do Pagamento
 - 7. Do Reajuste de Preços (quando aplicável)
 - 8. Prazos
 - 9. Ordem de Fornecimento
 - 10. Mecanismos formais de comunicação

8. RESPONSABILIDADES DA CODEBA**9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO****11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

1. Regime de Execução
2. Modalidade e Tipo de Licitação
3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação
4. Consórcio, cooperativa ou subcontratação da solução de TIC

14. MATRIZ DE RISCO**15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA****16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL****17. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO****ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS****ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO E SIGILO****ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA DE MANUTENÇÃO E SIGILO****ANEXO V - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO****ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****ANEXO V - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de nobreaks gerenciáveis para atender as demandas da CODEBA em seus três portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

2.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de realizar atualização no parque de nobreaks da CODEBA em seus três portos, além de manter os equipamentos (Computadores, Servidores, Storage, Switchs, Câmeras, PABX) e outros ativos de redes como Sistema de Backups ligados quando ocorrer queda ou oscilação de energia elétrica.

2.1.2. O Nobreak é importante para evitar a perda de dados, a fonte de alimentação deste sistema pode evitar danos para máquinas, servidores, computadores e equipamentos disponibilizados em ambientes críticos da CODEBA. A interrupção de energia pode desligar os equipamentos abruptamente, o que pode resultar na corrupção de arquivos, dados e do próprio equipamento.

2.1.3. Ele garante a proteção e na continuidade do fornecimento de energia a equipamentos eletrônicos. Ele protege contra danos causados por picos e oscilações da rede elétrica e garante que dispositivos críticos permaneçam funcionando durante falhas de energia, prevenindo perdas no ambiente de trabalho, de dados e garantindo a segurança patrimonial e a continuidade das operações.

2.1.4. A falta de energia pode acontecer a qualquer momento, uma vez que pode ser causado por uma série de influências externas.

2.1.5. Criar um sistema de alimentação elétrica com recursos capazes de suportar falhas de alimentação externa e de equipamentos da estrutura interna, com a aquisição de um equipamento nobreak cuja capacidade esteja dimensionada para suportar a demanda energética durante curtos períodos, fazendo com que os dispositivos por ele alimentado continuem funcionando durante as transferências de fontes de alimentação que ocorrem durante as falhas ou nas manutenções preventivas.

2.1.6. Ainda existe a necessidade de substituição do parque atual por nobreaks gerenciáveis uma vez que está em andamento a segregação de toda rede da CODEBA e existe a necessidade de monitoramento dos ativos da companhia.

2.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.2.1. A aquisição de equipamentos especializados na área de tecnologia tem por objetivo organizar, desenvolver, implantar uma melhor infraestrutura tecnológica, melhorando a eficiência e eficácia da prestação dos serviços pelos colaboradores da CODEBA.

2.2.2. Essa contratação inclusa ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação da CODEBA, PDTI 2025-2027, de acordo com os processos e demandas:

Eixo	Demanda	Atividades	Alinhamento Estratégico da CODEBA
E3 - Infraestrutura	D6 - Manutenção e Melhorias da Infraestrutura Tecnológica	A38 - Aquisição de Ativos Diversos (Periféricos, Nobreaks, etc.)	OE11 - Garantir a eficiência da gestão orçamentária (do planejamento à execução) OE12 - Aperfeiçoar os processos de compras e aquisições

2.3. Parcelamento da Solução

2.3.1. Não será permitido o parcelamento da solução pois é necessário que o ambiente seja único e integrado e compatível perfeita entre todos os equipamentos e a infraestrutura existente.

2.4. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 2.4.1. Redução do risco de interrupção das atividades que possuam forte dependência com os servidores e afins (continuidade de negócio);
- 2.4.2. Monitoramento via aplicação para saber das condições dos nobreaks(bateria, alimentação de rede entre outros);
- 2.4.3. Controle direto sobre os ativos: A empresa terá maior autonomia na gestão dos equipamentos, incluindo configurações específicas e políticas de segurança.
- 2.4.4. A empresa pode escolher os equipamentos que melhor atendam às suas necessidades

3. LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os locais a que se referem este Termo de Referência e seus respectivos subitens têm as seguintes características:

3.2. Local 1 – SEDE CODEBA:

- a) Localização: Av. França, 1551 Comércio, Salvador - Bahia CEP: 40.010-000
- b) Coordenadas: LAT -12.963782 / LONG -38.508356

3.3. Local 2 - PORTO DE ARATU-CANDEIAS:

- a) Localização: Vila Matoim, s/n - Baía de Aratu Candeias - Bahia CEP: 43.800-000
- b) Coordenadas: LAT -12.778639 / LONG -38.489445'

3.4. Local 3 – PORTO DE ILHÉUS:

- a) Localização: Rua Rotary, s/n - Cidade Nova Ilhéus - Bahia CEP: 45.652-020
- b) Coordenadas: LAT -14.785195 / LONG -39.032942

- 3.5. Para o cálculo do frete de entrega deverá ser considerado um pedido mínimo de 1 equipamento.
- 3.6. Para a garantia on-site também deve ser considerado os locais acima
- 3.7. Todo traslado do prestador de serviço para os portos é de responsabilidade da contratada, não sendo possível o uso do serviço de transportes da CODEBA.
- 3.8. Toda locomoção dentro do porto é de responsabilidade da contratada, e é terminantemente proibido o uso de veículos/viaturas da CODEBA por contratados da contratada.

4. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE TIC

4.1. Bens e serviços que compõem a solução

Item	Material	Quantidade	Especificação
1	Nobreak Gerenciável 15KVA	10	Tipo de rede elétrica: Trifásica; Tensão de Entrada: 220 V; Tensão de Saída: 220 V Frequência: 60 Hz; Fator de Potência: ≥ 0,6 a 0,9;

			<p>Potência: 15 KVA;</p> <p>Autonomia: 2 Horas;</p> <p>Formato: Torre;</p> <p>Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura;</p> <p>Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria;</p> <p>Interface: Ethernet, USB;</p> <p>Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP;</p> <p>Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria;</p> <p>Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria;</p> <p>Equipamento deve ser gerenciável (online), com dupla conversão (VFI)</p> <p>Bypass manual para manutenção</p> <p>Garantia: 1 Ano (Mínima);</p>
2	Nobreak Gerenciável 10KVA	10	<p>Tipo de rede elétrica: Trifásica;</p> <p>Tensão de Entrada: 220 V;</p> <p>Tensão de Saída: 220 V</p> <p>Frequência: 60 Hz;</p> <p>Fator de Potência: $\geq 0,6$ a $0,9$;</p> <p>Potência: 10 KVA;</p> <p>Autonomia: 2 Horas;</p> <p>Formato: Torre;</p> <p>Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura;</p> <p>Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria;</p> <p>Interface: Ethernet, USB;</p> <p>Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP;</p> <p>Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria;</p> <p>Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria;</p> <p>Equipamento deve ser gerenciável (online), com dupla conversão (VFI)</p> <p>Bypass manual para manutenção</p>

			Garantia: 1 Ano (Mínima);
	Nobreak Gerenciável 5KVA	10	Tipo de rede elétrica: Trifásica; Tensão de Entrada: 220 V; Tensão de Saída: 220 V Frequência: 60 Hz; Fator de Potência: ≥ 0,6 a 0,9; Potência: 5 KVA; Autonomia: 2 Horas; Formato: Torre; Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura; Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria; Interface: Ethernet, USB; Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP; Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria; Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria; Equipamento deve ser gerenciável (online), com dupla conversão (VFI) Bypass manual para manutenção Garantia: 1 Ano (Mínima);

- 4.1.1.
- Os itens deverão pertencer a mesma marca e fabricante, por isso será considerado os itens acima pertencentes a um lote único;
- 4.1.2.
- Todos os materiais fornecidos devem ser novos e de primeiro uso;
- 4.1.3.
- Todos os materiais fornecidos e procedimentos adotados deverão obedecer rigorosamente às normas específicas, de forma a garantir a qualidade e a padronização das instalações;
- 4.1.4.
- As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas e a CODEBA se reserva o direito de demandar o quantitativo que julgar necessário, podendo ser integral, parcial ou abster-se de adquirir qualquer quantitativo;
- 4.1.5.
- Outras entidades poderão aderir a Ata de Registro de Preços da CODEBA desde que siga as regras da legislação vigente para esse tema.
- 4.1.6.
- Os equipamentos serão avaliados conforme as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, normas técnicas correspondentes e nos procedimentos de fiscalização adotados pela CODEBA;
- 4.1.7.
- Poderá ser solicitado uma amostra do produto para validação de funcionamento no ambiente da CODEBA.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1.
- A presente demanda tem como objetivo a aquisição de materiais e equipamentos elétricos para conectar com equipamentos que possuem interface aos equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) voltados à modernização, expansão, organização e segurança da infraestrutura de rede, armazenamento e dados e ambientes técnicos;
- 5.2.
- As quantidades e especificações aplicam-se à solução de forma centralizada na CODEBA com abrangência para todas as localidades que a CODEBA possui representação;
- 5.3.
- Para produtos que necessitem de atualização do fabricante deverá haver garantia de atualização técnica e de segurança durante o ciclo de vida do produto. Entende-se por garantia técnica e de segurança as melhorias ocorridas durante o ciclo de vida do produto, como correções de erros, e pacotes de segurança;

- 5.4. A CODEBA não assinará qualquer contrato com o fabricante para o recebimento dos materiais decorrentes deste processo, ficando a licitante obrigada a efetuar os seus pedidos cientes desta condição;
- 5.5. Não será permitida a subcontratação de partes ou totalidade dos serviços deste termo de referência;
- 5.6. A garantia deverá ser realizada por empresa autorizada pelo fabricante;
- 5.7. Não serão permitidas adesão a este registro de preço por outros órgãos.

6. **MODELO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DE BENS**

- 6.1. A contratada deverá disponibilizar o material solicitado nesse Termo de Referência atendendo as especificações técnicas durante toda vigência contratual;
- 6.2. A contratada se responsabilizará pelo fornecimento (sob demanda) e entrega dos equipamentos especificados neste Termo de Referência, durante toda a vigência contratual, respeitando os quantitativos de cada item, após solicitação da contratante e o pagamento será realizado de acordo com as quantidades efetivamente entregue;
- 6.3. As despesas com frete devem estar inclusas na formação do preço dado pela contratada, ficando a contratante isenta de quaisquer responsabilidades relacionadas à entrega;
- 6.4. Caso seja identificado falhas em determinado produto entregue pela contratada, ou ainda, que nos testes realizados sejam considerados em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CODEBA poderá exigir a substituição, total ou parcial, dos produtos;
- 6.5. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as exigências técnicas e funcionais relacionadas com a solução ofertada, que deve ser implantado, sem qualquer ônus para a Contratante;
- 6.6. A CODEBA emitirá termo de recebimento provisório após 10 dias úteis do recebimento dos materiais e termo de recebimento definitivo 30 dias corridos após o recebimento dos materiais caso os materiais estejam de acordo com o solicitado e com as especificações técnicas contidas nesse TR.

7. **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

- 7.1. A mensuração do cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços será realizada mensalmente, ou a qualquer momento a pedido da CONTRATANTE.
- 7.2. Serão aplicados descontos nas faturas mensais da contratada a título de penalidades quando do não cumprimento das metas dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS).
- 7.3. As penalidades serão apuradas mensalmente e são baseadas na pontuação alcançada pela CONTRATADA. Os pontos obtidos significam o não cumprimento de um dos indicadores de níveis de serviços. Estes pontos serão totalizados e, caso não se alcance os índices de desempenho estabelecidos, serão aplicados os percentuais de multa sobre o faturamento mensal conforme os pontos e as faixas abaixo.
- 7.4. Ao longo da contratação podem surgir novos níveis de serviços e indicadores e a forma de cobrança será previamente alinhada com a contratada, respeitando sempre o período de ambientação.
- 7.5. Os indicadores serão medidos de acordo com os chamados abertos e atendidos;
- 7.6. Deverá seguir a tabela de tempos de atendimento a seguir:

Serviço	Tempo
Primeiro atendimento remoto - para os 3 portos	2 horas
Atendimento presencial – Salvador	4 horas
Atendimento presencial – Aratu e Ilhéus	8 horas
Finalização do atendimento com solução	24 horas após atendimento

- 7.7. Serão pontuadas ocorrências de acordo com alista a seguir:

Função do Serviço	Critério de Pontuação	Pontos por Ocorrência
Atraso na entrega do Equipamento	Por Equipamento	1
Equipamento novo com mau funcionamento	Por Equipamento	1
Problema de bateria no período da garantia	Por Equipamento	1

- 7.8. E aplicada as penalidades de acordo com a tabela a seguir:

Pontuação Alcançada	Penalidade sobre o Faturamento mensal
0 à 5 pontos	1%
6 à 10 pontos	5%
11 à 15 pontos	10%
Acima de 15 pontos	15%

7.9. As glosas serão realizadas em fatura mensal imediatamente posterior a medição.

8. **DAS RESPONSABILIDADES DA CODEBA**

- 8.1. Nomear Gestor do Contrato, assim como Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 8.2. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à execução do objeto;
- 8.3. Comunicar oficialmente, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização;
- 8.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 8.5. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.6. Autorizar a realização de serviços a serem prestados em horário distinto ao do expediente;
- 8.7. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 8.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 8.9. Informar previamente a CONTRATADA sobre mudanças de processos internos de pagamento da CODEBA.

9. **DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 9.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 9.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 9.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 9.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 9.7. Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para execução do objeto;
- 9.8. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 9.9. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 9.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 9.11. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 9.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 9.13. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 9.14. Elaborar, em conjunto com a CONTRATANTE cronograma inicial de entrega dos materiais;
- 9.15. Cumprir integralmente o cronograma e os prazos nele estabelecidos;
- 9.16. Enviar ao fiscal do contrato, documento relacionando os profissionais envolvidos, para efeito de controle de entrada e saída de funcionários da sede da CODEBA;

- 9.17. Manter, ainda, os seus empregados identificados, utilizando crachás e fardamento com logomarca da empresa, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;
- 9.18. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na execução dos serviços;
- 9.19. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de materiais e serviços pelo Fiscal do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;
- 9.20. Responder, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnicas pertinentes ao Contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- 9.21. Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive no que se referir a inobservância da legislação em vigor;
- 9.22. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se exigido pela CONTRATANTE, qualquer um dos seus empregados ou prepostos em serviço, cuja atuação ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços.
- 9.23. A contratada deverá informar um e-mail, um número de telefone e uma pessoa específica que irá atender aos chamados da contratante.

10. MODELO DE GESTAO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados do(a) ordem do fornecimento, em remessa única. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.2. Da Fiscalização do Contrato

- 10.2.1. Durante a vigência e execução do contrato, a execução do seu objeto será acompanhada e fiscalizada, em todas as suas etapas, pela Gerência de Tecnologia da Informação;
- 10.2.2. O responsável técnico designado pela FISCALIZAÇÃO anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo, inclusive, interromper qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo submeter a sua decisão ao Gestor do Contrato;
- 10.2.3. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA serão feitos por escrito, na ocasião devida, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens e declarações verbais;
- 10.2.4. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar à CONTRATADA a suspensão de qualquer trabalho que possa estar sujeito a danos de qualquer outra natureza, cabendo à CONTRATADA os ônus decorrentes da inobservância das recomendações, precauções e regulamentos aqui descritos;
- 10.2.5. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação pela FISCALIZAÇÃO, que durante o período de vigência do contrato irá representa-la, sempre que se fizer necessário;
- 10.2.6. A CONTRATADA se obriga a retirar dos serviços os técnicos ou prepostos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, procurem criar embaraços à atuação dessa fiscalização e/ou à execução dos serviços;
- 10.2.7. Das decisões da FISCALIZAÇÃO cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo, ao Diretor Presidente da CODEBA.
- 10.2.8. Ao término, será de responsabilidade da Fiscalização a elaboração do Termo de Recebimento dos materiais:
- 10.2.8.1. **Provisório:** no caso de aquisição de materiais e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pelo contratado;
- 10.2.8.2. **Definitivo:** relativo à integralidade do contrato, representando aceitação da integralidade do contrato e liberação do contratado tocante a vícios aparentes.
- ### 10.3. Da Garantia do Serviço
- 10.3.1. O prazo de garantia e de suporte técnico do produto que compõem o objeto será de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo;
- 10.3.2. O serviço de suporte técnico será prestado ininterruptamente durante toda vigência contratual;
- 10.3.3. O acionamento da garantia contratual acarretará na abertura de chamado por parte da CODBEBA em seu sistema de chamados e caso a contratada deseje registrar seu atendimento em sistema próprio ficará a seu critério, porém ao final de cada atendimento resultante do acionamento da garantia, a Contratada deverá disponibilizar as seguintes informações:
- Número identificador do acionamento da garantia ou protocolo de atendimento;
 - Data e hora do início e do término do atendimento;
 - Severidade do erro;
 - Identificação do erro;
 - Solução aplicada para a resolução do problema.

10.4. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

10.4.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CODEBA a tais documentos;

10.4.2. A contratada deverá observar boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos da CODEBA;

10.4.3. É obrigatório por parte da CONTRATADA o conhecimento do termo de manutenção e sigilo, antes do início dos serviços, na execução do contrato;

10.4.4. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção:

a) Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018;

b) Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018;

c) Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares);

d) Política de Segurança da Informação da CODEBA (POSIC/CODEBA), e de suas normas complementares.

10.5. Do Pagamento

10.5.1. A realização e o pagamento dos serviços, obedecerão às seguintes condições:

I - Os valores dos custos dos serviços devem embutir todos os custos para a Contratada, inclusive impostos, taxas, custos diretos e indiretos de pessoal e quaisquer tipos de custos administrativos ou melhorias do ambiente;

II - A nota fiscal não aprovada pela CODEBA será devolvida à Contratada para as devidas correções e posterior reapresentação e consequente aprovação pela CODEBA.

10.5.2. A área de fiscalização e gestão conforme apresentado no Termo de Referência deverá, entre outras coisas, elaborar a medição da aquisição dos equipamentos fornecidos ao longo dos pedidos e reunirá os resultados encontrados em "Boletim de Medição", que deverá ser assinado por ambas as partes. E deverá manter atualizada a documentação.

10.5.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar com a Nota Fiscal a seguinte documentação:

I - Regularidade fiscal, perante a Fazenda Federal;

II - Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

III - Regularidade com o FGTS;

IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas.

10.5.4. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada pela área financeira da CODEBA consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e se constar a situação de irregularidade da CONTRATADA, essa será advertida por escrito pelo Fiscal da CODEBA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CODEBA.

10.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, dos documentos pertinentes à contratação, circunstância que impeça a liquidação da despesa, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará condicionado a regularização. Portanto, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.6. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5.7. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material fornecido devidamente atestados pela GTI, através de ordem bancária, para crédito em banco e conta corrente indicados pelo contratado;

10.5.8. A nota fiscal/fatura que for apresenta com erros será devolvida à Contratada para retificação e representação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.6. Do Reajustamento

10.6.1. Tendo em vista que a modalidade adotada no presente processo é o Sistema de registro de preços, com validade de 12 (doze) meses, não é prevista a incidência de reajustamento futuro sobre o valor ofertado durante o processo licitatório.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Regime de Execução:

a) A prestação do objeto da presente contratação dar-se-á por EXECUÇÃO INDIRETA, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com pagamento por aquisição sob demanda dos materiais, modalidade de Registro de Preço por Pregão Eletrônico, baseada no fornecimento e em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste TR, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

11.2. Modalidade e Tipo de Licitação**11.2.1. Registro de preço por Pregão Eletrônico:**

I - Nos termos do art. 25, § único da IN SGD/ME nº 94/2022, a licitação será realizada registro de preços na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica. O julgamento das propostas de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.

II - As propostas de preços deverão ser apresentadas conforme o modelo do ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

III - Produtos ou serviços sem valores relacionados deverão ser informados se a empresa atende o cumprimento do fornecimento do item solicitado. Caso uma empresa não possa realizar o atendimento a determinado produto ou serviço constante na proposta será considerada não apta na fase de habilitação.

11.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

11.3.1. Comprovação de Aptidão através de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado em nome da empresa, apresentados na data prevista para a entrega da proposta, comprovando a experiência da CONTRATADA.

11.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I - Atestado(s) que comprovem que já tenha fornecido ao menos 30% (trinta por cento) do quantitativo solicitado neste TR para o respectivo item.

II - O Atestado deverá referir-se à entrega de itens com características iguais ou similar, considerando nobreak de qualquer capacidade, porém gerenciáveis.

III - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.3.3. Apresentar de certificação ou selo do INMETRO ou outro de reconhecimento nacional e/ou internacional, como ABNT NBR 15014, IEC 62040 e equivalentes para os equipamentos ofertados.

11.3.4. Deverá ser apresentado prova de inscrição, registro ou autorização do licitante, junto à fabricante dos hardwares e softwares objeto desta licitação, para comercialização e suporte de seus produtos, em plena validade. A prova de inscrição, registro ou autorização, poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

11.3.5. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica declarante. O Atestado deve conter minimamente os dados de identificação da pessoa jurídica e do emissor para que seja possível comprovar as informações. Caso o pregoeiro julgue necessário, ele poderá solicitar outras informações que permitam a realização de diligência.

12. CRONOGRAMA, PRAZO VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. O cronograma será realizado de acordo com as solicitações por parte da Contratante;

12.2. Os materiais serão solicitados sob demanda de acordo com a necessidade da CODEBA;

12.3. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, conforme determinação da CONTRATANTE, das 8h00 às 12h00, das 13h00 às 16h00, de segunda a sexta, exceto feriados, no local indicado na autorização de fornecimento, conforme estabelecido no item Local de Execução de Serviços;

12.4. Os materiais serão recebidos, provisoriamente, pela Gerência de Tecnologia da Informação, com apoio da Gerência de Infraestrutura, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

12.5. A verificação da conformidade das especificações dos materiais ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório. Admitidas as conformidades quantitativa e qualitativa, os materiais serão recebidos definitivamente, mediante ateste na Nota Fiscal/Fatura, com a consequente aceitação do objeto;

12.6. Em caso de eventual desconformidade, a Equipe Técnica da CONTRATANTE designada para a verificação devolverá a Nota Fiscal/Materiais, para as devidas correções;

12.7. Durante o recebimento provisório, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição do material que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

12.8. Os materiais deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios;

12.9. Os materiais deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios;

12.10. O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito a substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

12.11. Deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos, PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

- I - De vigência e execução da ata de registro de preços: 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato em DOU;
- II - Entrega dos materiais: 30(trinta) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento;
- III - Da certificação da nota fiscal para pagamento: 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega ao Fiscal;
- IV - Do pagamento: até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal.

13. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CODEBA poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa de até 10%(dez por cento) sobre o valor do objeto contratado; e
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 13.2. Na hipótese de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso;
- 13.3. A aplicação das multas a que alude este Termo de Referência não impede que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções aqui previstas e demais cominações legais;
- 13.4. As multas previstas neste Capítulo deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial e, no caso de falta de recolhimento, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobradas judicialmente;
- 13.5. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste item, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

14. **MATRIZ DE RISCO**

ITEM	EVENTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSÁVEL
1	Especificação inferior dos equipamentos para atendimento da necessidade	Baixa	Grande	Contratante
2	Não cumprimento dos Níveis de Serviço	Possível	Moderado	Contratada
3	Demora da conclusão do processo licitatório	Possível	Grande	Contratante
4	Propostas acima do valor estimado	Baixa	Moderado	Contratada
5	Propostas abaixo do valor praticado no mercado	Alta	Pequeno	Contratada

IMPACTO

Catastrófico	5					
Grande	4		1	3		
Moderado	3		4	2		
Pequeno	2				5	
Insignificante	1					
		1	2	3	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Possível	Alta	Muito Alta
		PROBABILIDADE				

15. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 16.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela Contratada:

- 16.1.1. Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 16.1.2. Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis; e
- 16.1.3. Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

17. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 17.1. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Integrante
Requisitante, Técnico e Administrativo
Edmea Mendes de Jesus Neta
Chefe de Área
1836

Autoridade Máxima da Área de TIC

Jessica Dantas
Gerente de Tecnologia da Informação
80310

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

1. NOBREAK GERENCIÁVEL 15KVA

1. Especificações

Tipo de rede elétrica: Trifásica;

Tensão de Entrada: 220 V;

Tensão de Saída: 220 V ;

Frequência: 60 Hz;

Fator de Potência: ≥ 0,6 a 0,9;

Potência: 15 KVA;

Autonomia: 2 Horas;

Formato: Torre;

Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura;

Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria;

Interface: Ethernet, USB; Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP;

Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria;

Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria;

Garantia: 1 Ano (Mínima);

2. NOBREAK GERENCIÁVEL 10KVA

1. Especificações

Tipo de rede elétrica: Trifásica;

Tensão de Entrada: 220 V;

Tensão de Saída: 220 V ;

Frequência: 60 Hz;

Fator de Potência: $\geq 0,6$ a $0,9$;

Potência: 10 KVA;

Autonomia: 2 Horas;

Formato: Torre;

Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura;

Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria;

Interface: Ethernet, USB; Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP;

Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria;

Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria;

Garantia: 1 Ano (Mínima);

3. NOBREAK GERENCIÁVEL 5KVA

1. Especificações

Tipo de rede elétrica: Trifásica;

Tensão de Entrada: 220 V;

Tensão de Saída: 220 V ;

Frequência: 60 Hz;

Fator de Potência: $\geq 0,6$ a $0,9$;

Potência: 5 KVA;

Autonomia: 2 Horas;

Formato: Torre;

Formato da onda: Semi-senoidal ou senoidal pura;

Modos de operação: ECO, bypass, modo bateria;

Interface: Ethernet, USB; Protocolos suportados: SNMP, Modbus, TCP/IP;

Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga profunda da bateria;

Aplicação de Monitoramento via software ou app, contendo: Indicadores em tempo real, Nível da bateria, Temperatura interna, Alertas e notificações, Tempo de autonomia restante, Frequência da rede, Carga conectada, Nível e temperatura da bateria;

Garantia: 1 Ano (Mínima);

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo: Nº 50903.002676/2025-07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOBREAKS GERENCIÁVEIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CODEBA EM SEUS TRÊS PORTOS DE SALVADOR, ILHÉUS E CANDEIAS.

À Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA)

Att.: Pregoeiro da CODEBA

Prezados Senhores,

Em conformidade com o disposto no Edital e no Termo de Referência do certame em epígrafe, apresentamos abaixo nossa Proposta de Preços para Registro de preços para eventual aquisição de Nobreak Gerenciável, conforme condições, quantitativos, especificações e estimativas descritas neste termo de Referência, para atendimento às necessidades da CODEBA em seus três portos de Salvador, Ilhéus e Candeias.

1. PROPONENTE:

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:	UF:	Cidade:
Telefone(s):	E-mail:	
Representante Legal (Responsável pela assinatura do instrumento contratual)		
Nome:	CPF:	Cargo / Função:

2. PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica	Valor Unitário	Valor Total
1	Nobreak Gerenciável 15KVA	10	unidade		
2	Nobreak Gerenciável 10KVA	10	unidade		
3	Nobreak Gerenciável 5KVA	10	unidade		
TOTAL					

OBSERVAÇÕES:

- 1. Esta planilha é meramente sugestiva. A licitante tem inteira liberdade de apresentar seus custos, desde que o modelo utilizado permita à CODEBA avaliar , objetivamente, a exequibilidade;
- 2. Outros custos não elencados na planilha acima poderão e deverão ser especificados pelas licitantes;

A validade da proposta é de 60(sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

Outrossim, declaramos:

- a) Que estamos ciente normas contidas no Edital e seus anexos, com as quais concordamos;
- b) Que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas relativas à execução dos serviços objeto do presente certame licitatório, bem como de todos os tributos e encargos de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, incidam sobre o valor da execução do serviço;
- c) Detemos pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos assumidos no contrato e levamos em consideração tais riscos na formulação da proposta;
- d) Que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, na qual se comprometem a acatar todas as especificações estabelecidas no Termo de Referência, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedidas, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira (em caso de opção pela não realização da visita técnica);
- e) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; e
- f) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas.

Salvador, _____ de _____ de 2025

Assinatura

Responsável:

Telefone:

E-mail:

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO E SIGILO

PROCESSO Nº 50903.002676/2025-07

A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA, sediada em Av. França, Nº 1551 - Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40.010-000, CNPJ nº @cnpj_orgao@, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a [NOME DA EMPRESA], sediada em [ENDEREÇO], CNPJ nº [CNPJ], doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº [XX/AAAA], doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), e [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.1.1 **Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.1.2 **Informação Sigilosa:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo, subdividida em:

I - **Classificada:** em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, à qual é atribuído grau de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, conforme estabelecido pela [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e pelo [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#); e

II - **Não Classificada:** informações pessoais e aquelas não imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

2.1.3 **Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1 Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1 As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

III - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

- IV - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO; e
- V - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2 A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

5.3 A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.4 A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.5 A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

5.6 Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.7 Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.8 A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.9 A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- VI - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- VII - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- VIII - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IX - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme [art. 83](#) da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

8. CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2 Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3 O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4 Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- X - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- XI - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- XII - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- XIII - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- XIV - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- XV - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- XVI - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e
- XVII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 A CONTRATANTE elege o foro da [digite aqui o nome da cidade], onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado eletronicamente pelas partes.

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA DE MANUTENÇÃO E SIGILO

PROCESSO Nº 50903.002676/2025-07

Contrato nº:	
Objeto:	
Contratante:	Companhia das Docas do Estado da Bahia
Gestor do Contrato:	
SIAPE:	
Contratada:	
CNPJ:	
Preposto da Contratada:	
CPF:	

Por este instrumento, os colaboradores abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecimento do teor:

- a) do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (SEI nº xxxxxxxx) assinado pela CONTRATADA acima identificada; e
- b) das normas de segurança vigentes no âmbito da CONTRATANTE.

ANEXO V - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da AFE:	XX/XXXX	Nº Chamado:	XXXXX
Contrato nº:		Contratada:	XXXX
Área Requisitante da Solução:		Nome do Requisitante:	
Data da Solicitação:		Data da autorização:	
Data da Entrega:			
Requisito:			
Solicitação do Requisitante:			

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES X ORÇAMENTO

ID	PRODUTO	QUANTIDADE	METRICA	PREÇO
TOTAL				

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E DOCUMENTOS ENTREGUES

Todos os documentos estão anexados no chamado, toda consulta e comunicação deverá ser acrescentada ao chamado para posterior acompanhamento

- 3.1.
- 3.2.

ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Alínea “i”, inciso II, art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	<xx/aaaa>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>		CNPJ
Nº DA AFE	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/AFE> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da CONTRATANTE quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO V - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Alínea “h”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	<xx/aaaa>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
Nº DA AFE	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/AFE de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			

TOTAL DE ITENS

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso I, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/AFE> acima identificada, conforme atestado pelo fiscal técnico no termo provisório, foram recebidos definitivamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

4 – ASSINATURAS

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



Documento assinado eletronicamente por **Edmea Mendes de Jesus Neta, Chefe de Área**, em 10/12/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Dantas, Gerente**, em 10/12/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10262880** e o código CRC **2AFCA3E9**.



Referência: Processo nº 50903.002676/2025-07



SEI nº 10262880

Av. França, Nº 1551 - Bairro Comércio
Salvador/BA, CEP 40.010-000
Telefone: (71) 3320-1179 - www.codeba.com.br